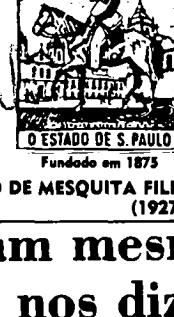


jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55, tel.: 836-2122 (PABX).



- 7 SET 1987

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Táctico Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Eles acreditam mesmo em tudo que nos dizem?

Um estudo publicado na semana passada pela *Gazeta Mercantil* sobre o resultado financeiro consolidado dos principais grupos empresariais que atuam no Brasil dá bem a medida do nível a que chegou a desinformação sistemática e a mentira institucionalizada neste país e explica por que a oitava potência econômica do Ocidente tem uma população que ocupa o 46º lugar no mundo em termos de PIB per capita que é o índice que realmente mede os níveis de produtividade e bem-estar social dos brasileiros.

O estudo dava, por amostragem, um retrato sucinto da principal distorção que caracteriza a economia brasileira, que é a excessiva concentração de recursos nas mãos do Estado que, em termos políticos, se traduz na excessiva concentração de poder nas mãos dos governantes. Tomando como base as 30 maiores empresas instaladas no País, classificadas por patrimônio líquido, ele revelava que as dez empresas estatais classificadas (33% do total de empresas) concentravam 77,9% do total dos recursos (que somou Cz\$ 1.035,7 bilhões ou US\$ 75,9 bilhões), enquanto os grupos privados nacionais detinham 14,7% do total e os de origem estrangeira 7,4%. Quanto às vendas líquidas desses grupos, dois terços (66,7% de um total global de vendas correspondente a Cz\$ 1.502,2 bilhões ou US\$ 76,9 bilhões) ficaram com as estatais, sobrando US\$ 25,6 bilhões para serem repartidos entre os nacionais privados (US\$ 16,5 bilhões ou 21,5%) e os estrangeiros (11,8%).

Mesmo com os prejuízos dos grupos Siderbrás e Cesp, da ordem de Cz\$ 33 bilhões, o conjunto dos dez maiores grupos estatais fechou o ano de 1986 "no azul", graças, principalmente, aos lucros enormes de alguns monopólios de bens essenciais como os exercidos pela Petrobrás e Eletrobrás, que foram as que mais contribuíram. Assim, do total de Cz\$ 88,5 bilhões (US\$ 6,5 bilhões) contabilizados como lucro antes da correção monetária pelas 30 maiores empresas do País, mais da metade (54,1%) foi para os cofres das estatais. Os grupos nacionais ficaram com 38,8% dos lucros e os estrangeiros dividiram entre si os 7,1% restantes.

Estes últimos números começam a dar a pista para o diagnóstico da "doença econômica" crônica do Brasil. Apesar dessa grande concentração de recursos nas mãos das estatais, elas são, entre as empresas classificadas, as que tiveram menor rentabilidade em relação ao seu patrimônio: apenas 5,9%. As empresas de origem estrangeira conseguiram, em média, 8,2% de rentabilidade sobre o capital investido e as empresas privadas nacionais obtiveram, de longe, o melhor resultado, com 22,5% de rentabilidade sobre o capital investido.

O que este estudo mostra, portanto, é que o grosso dos recursos reprodutivos no Brasil estão nas mãos do setor com menor capacidade de reproduzi-lo, o que já explica uma parte da distância entre os dois dados que pusemos como premissa deste comentário: o nível global de produção nacional bruta, que é o oitavo do Ocidente, e o de bem-estar social de que desfruta o povo brasileiro, que é o 46º do mundo. O resto da explicação pode ser dado por rápidos exercícios de imaginação. Imaginemos o resultado da inversão dessa distribuição: imaginemos que fossem 77,9% dos recursos que estivessem sendo reproduzidos a uma taxa anual média de 22,5% e de 5,9%. Imaginemos ainda a que níveis de produtividade poderiam chegar as empresas privadas nacionais e estrangeiras instaladas no Brasil se o Estado retirasse todas as barreiras burocráticas e cessasse as suas intervenções sucessivas — todas elas paralisantes — no jogo econômico. Imaginemos, finalmente, que resultados teriam para o País se todos os recursos que o governo recolhe com impostos diretos e indiretos sobre os resultados dessas empresas parassem de ser desperdiçados do modo imoral e escandaloso como são desperdiçados hoje e passassem a ser investidos em obras de infra-estrutura que facilitessem e incentivasse o desenvolvimento desse setor mais dinâmico da economia, e na formação de mão-de-obra mais qualificada (o que se consegue com educação, um dos deveres que o Estado brasileiro negligencia hoje para investir em suas empresas de baixa rentabilidade). Imaginemos tudo isso e teremos diante dos olhos aquilo em que, em muito pouco tempo, poderia transformar-se este país...

Foi por este caminho que países como o Japão multiplicaram por 8,8 vezes a renda per capita de seus habitantes entre 1950 e 1985, Taiwan por 6,2 vezes, a Coreia do Sul por 5,8 vezes, enquanto o Brasil, durante o mesmo período, com "milagre" e tudo, multiplicou a dos seus por apenas 3,3 vezes...

Foi porque ao longo destes 35 anos a fatia da economia brasileira nas mãos do Estado cresceu continuamente até chegar a esta proporção massacrante que o estudo da *Gazeta Mercantil* confirmou que nossos indicadores sociais chegaram ao nível a que chegaram. Para citarmos apenas dois dos mais significativos, basta lembrar que o Brasil está hoje em décimo lugar na América Latina (!!) em termos de expectativa de vida no momento do nascimento, e que nossas taxas de mortalidade infantil após um ano de vida só perdem para as do Haiti, da Bolívia e do Peru. Isto se chama fome...

É porque o Estado brasileiro, ao longo destes anos todos, adquiriu este peso massacrante, que não encontra mais barreiras para a sua volúpia intervencionista, dando o País ao sabor dos caprichos ideológicos de quem estiver controlando as suas alavancas. E por isso que nossa participação no comércio mundial, por exemplo, declinou, sob esta "Nova" República para 0,75% do total, posição inferior à que tínhamos em 1950, e com tendências a piorar, dada a "opção" retrogradamente xenofóbica e isolacionista do grupo que ora empalma o poder.

É essa a realidade que denunciava na quinta-feira passada a uns poucos deputados sonolentos e desinteressados na Assembleia Nacional Constituinte o presidente da Fiesp, Mário Amato, como uma voz que, na defesa da emenda popular privatizante enviada aos constituintes pelo Fórum Informal de Empresários, pregava no deserto. Mas mesmo diante da realidade indiscutível da economia brasileira — que é a que o estudo da *Gazeta Mercantil* reflete por amostragem — e dos nefastos resultados que estão sendo colhidos desse desequilíbrio gritante, com a completa falência do Estado, o esgotamento da capacidade de investimento do setor privado, a estagnação e o início da involução econômica, e todos os trágicos corolários sociais de tudo isto; mesmo diante de todos estes resultados indiscutíveis, as "preocupações" dos nossos "patrióticos" constituintes continuam sendo — além das predominantes manobras casuísticas para manter o presidente da República sob permanente ameaça, de modo a que fique sempre vulnerável às chantagens destinadas a impedir qualquer tentativa de reverter este quadro ou sequer de controlar o monstro estatal na sua volúpia de gastos, como a que se configura na introdução da ameaça parlamentarista — além destas, dizíamos, as únicas "preocupações" dos nossos "patrióticos" constituintes continuam sendo as de penalizar uma suposta "classe dominante" (aquela que detém as migalhas que caem da mesa do festim estatal; os miseráveis 14,7% do patrimônio líquido das 30 maiores empresas do País?) ou a de circunscrever "a ameaça imperialista" configurada na presença entre nós de empresas multinacionais (aqueelas que detêm os mais miseráveis ainda 7,4% restantes).

Estes "representantes do povo", que conhecem perfeitamente esta situação real descrita no estudo da *Gazeta Mercantil*, que são perfeitamente capazes de fazer os exercícios de imaginação que fizemos acima; que têm

diante dos olhos os exemplos concretos da aplicação desses exercícios de imaginação vindos dos quatro cantos do mundo, os resultados que estão sendo colhidos dessas experiências e os resultados que estamos colhendo aqui dentro, que dispensam até o uso da imaginação; esses "patriotas" todos, assim como o presidente da República e muitos dos seus ministros ou os líderes do partido no poder, querem-nos fazer crer que realmente estão bem-intencionados quando nos falam dessas "ameaças" e, em nome da "justiça social" e do "desenvolvimento", sacrificam ainda mais a Nação para continuar engordando esta máquina de desperdícios que explora e opriime o povo brasileiro? Querem-nos fazer crer que realmente acreditam que é este o caminho do desenvolvimento e para a erradicação definitiva da miséria entre nós? Será que eles realmente acreditam em tudo que nos dizem?

A opinião pública fará o seu julgamento...